

IDENTIDADE DE GÊNERO E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A SEXUALIDADE NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Aline Gomes Machado¹
Roberto Gondim Pires²

RESUMO

O presente estudo objetiva estabelecer reflexões acerca da presença de homossexuais nas aulas de educação física de ensino médio, tentando perceber como os professores de educação física desenvolvem suas ações pedagógicas para lidar com a diversidade sexual, realidade cada vez mais aparente no ambiente escolar. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório com abordagem qualitativa, onde utilizamos o questionário semiestruturado como procedimento de coleta de dados. Os resultados apontam para um silenciamento, uma negação dos estudantes homossexuais por parte dos professores da referida disciplina. Como consequência, há uma potencialização da estrutura de poder heteronormativo, contribuindo para a manutenção de valores discriminatórios e preconceituosos, fazendo com que a escola enfraqueça seu poder transformador.

Palavras-chave: Homossexualidade; Educação Física; Escola; Diversidade sexual

1 Mestranda em Educação. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador/Bahia, Brasil.
E-mail: liumaxado@hotmail.com

2 Doutorado em Educação. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Jequié/Bahia, Brasil. E-mail: gondim.roberto@gmail.com

INTRODUÇÃO

O atual contexto social apresenta temas de grande complexidade e que, por vezes, são considerados tabus e zonas de silêncio em determinados espaços. A identidade de gênero é um desses temas, mas que ganha significativa visibilidade nas últimas décadas. Várias esferas sociais se dispõem a estudar e debater as questões ligadas a gênero, etnia, classe social, sexualidade. Nessa conjuntura, a Educação Física, disciplina que desde 1996 torna-se componente curricular e lida diretamente com o corpo em movimento, deveria, ou poderia, ser o berço das discussões sobre o corpo e sua sexualidade. No entanto, existe um distanciamento dessa temática por parte dos professores da referida disciplina.

O entendimento dessa questão complexa exige o esclarecimento das definições de gênero, identidade de gênero e identidade sexual. Scott (1995) elucida que na sua utilização mais recente, o termo gênero parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. E, também, como forma de legitimação acadêmica para os estudos feministas. Encarar o gênero não mais do ponto de vista biológico, mas dotado de significado social, constituído e definido a partir das relações sociais, é caminhar no sentido de compreender as relações de poder que historicamente se estabeleceram e que, ainda hoje, se estabelecem.

“Entender as relações de gênero como fundadas em categorizações presentes em toda ordem social, permite compreender não somente a posição das mulheres, em particular, como subordinada, mas também a relação entre sexualidade

poder” (DOS ANJOS, 2000, p.275). O uso do termo gênero rejeita a submissão, hierarquização baseada, principalmente, na justificativa biológica, como a força muscular masculina, a capacidade feminina de dar à luz e cuidar do lar. Esses argumentos foram, durante muito tempo, utilizados para a manutenção das desigualdades de gênero.

Em vez disso o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p.75).

Se o gênero configura-se como a construção social das identidades subjetivas de homens e mulheres, a identidade de gênero pode ser entendida através desta, desde que se admita o seu caráter histórico-cultural não vinculado única e exclusivamente ao sexo e aos órgãos genitais anatómicos. Da Silva (2015) nos diz que a identidade de gênero pode ser traduzida pela convicção de ser masculina ou feminina, conforme os atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para os machos e fêmeas. As identidades definem-se em termos relacionais e, enquanto categorias podem organizar e descrever a experiência da sexualidade das pessoas, mas não as determinam.

Nesse sentido, a identidade de gênero, diferentemente do discurso vigente, não se constitui, necessariamente, adequada ao sexo biológico, anatómico, nem define a identidade sexual e a orientação sexual da pessoa. Se a identidade de gênero é a

convicção de ser masculino ou feminino, ela pode se estabelecer no sentido contrário do padrão da identidade sexual:

Gênero se refere a forma de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher. Orientação sexual se refere à atração afetivo/sexual por alguém de algum/ns gênero/os. Uma dimensão não depende da outra, não há uma orientação sexual em função do gênero das pessoas, assim, nem todo homem e mulher é "naturalmente" heterossexual. (DE JESUS, 2012, p.12).

As identidades de gênero e sexuais são construídas socialmente, e concebemos a escola como um espaço que contribui para esse processo formativo. Contudo, sabemos do caráter político que a escola possui e como serviu/serve para veiculação de valores dominantes. Assim também acontece com a Educação Física, disciplina que compões a grade curricular da educação brasileira. Então, como essa disciplina participa desse processo de construção das identidades?

Frente a essa realidade, o presente estudo objetiva estabelecer reflexões capazes de perceber como a identidade de gênero implica sobre a sexualidade na perspectiva de professores de Educação Física, tentando perceber como os professores desenvolvem suas ações pedagógicas para lidar com a diversidade sexual, realidade cada vez mais aparente no ambiente escolar.

Para que possamos compreender o papel da Educação Física nesse cenário da diversidade, precisamos lembrar como essa disciplina foi instrumento de diferentes interesses em vários momentos históricos. A constituição da Educação Física, ou seja,

a instalação dessa prática pedagógica na instituição escolar emergente dos séculos XVIII e XIX foi fortemente influenciada pela instituição militar e pela medicina. Os princípios inicialmente pautados apontavam para uma abordagem biológica, tendo o ideal de corpo saudável intrínseco às propostas de ensino da época (BRACHT, 1999; COLETIVO DE AUTORES, 2009).

Era flagrante a proximidade da Educação Física com as estruturas militares, a sua introdução aqui no Brasil esteve muito ligada a experiência francesa. Em 1907, a missão militar francesa funda o embrião da Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo. A partir de 1908, em nome da segurança nacional, a instrução militar se torna obrigatória nas escolas secundárias brasileiras, com a presença de diversos segmentos militares no sistema de ensino. (PIRES, 2007, p.38).

A instituição militar, com todas as suas características de supervalorização masculina, nacionalismo, patriotismo, exerce forte influência na construção do que representou a iniciação da Educação Física na Educação escolar. Ganhando forças ao longo dos anos, como nos esclarece Beltrami (2001), a prática da Educação Física predominante nas décadas de 1930 e 1940, teve uma orientação fascista. Sua prática visava o heroísmo e a disciplina a serviço da pátria.

Com o advento do Golpe Militar de 1964, a relação entre a Educação Física e a instituição militar se intensifica. A Educação Física acaba se tornando um instrumento de controle social:

Preocupados com a resistência que os estudantes vinham fazendo ao regime,

os governantes além de reprimi-los pela força, utilizam-se do esporte como uma forma de desmobilização e alienação. Nas universidades enquanto os diretores acadêmicos eram fechados as atléticas eram incentivadas, e a participação esportiva passava a substituir a política. (DE CASTRO, 2001, p.07).

Nesse contexto, o que se tem como resultado prático é a construção de estratégias disciplinares que irão influenciar, a partir das suas características bem específicas, a formação identitária dos sujeitos escolares que estavam vivenciando este paradigma de Educação Física.

Por um longo período, as estruturas do militarismo caracterizaram a Educação Física. Conforme Duarte (2003), na Educação Física, até o final da década de 1970 e início da década de 1980, alguns estudos sugeriram a separação dos sexos, como também a distribuição desses em função dos esportes e das brincadeiras. A divisão da prática por sexo é, supostamente, uma herança militar.

Os movimentos de resistência à Ditadura, o advento da redemocratização do país, levaram alguns movimentos a repensar as práticas pedagógicas. Pires (2007) vem nos dizer que as reflexões e as críticas que apareceram nos estudos realizados a partir da década de 1980, as quais apontavam contradições e paradoxos na formação do professor de Educação Física, foram fundamentais para estabelecer uma crise de identidade na Educação Física, causando conflitos e novas reflexões sobre o verdadeiro papel desse profissional.

Nesse momento, ganham destaque as teorias progressistas da Educação Física. Tais teorias, como elucida Bracht (1999), sugerem procedimentos didático-pedagógicos

que possibilitam, ao se tematizarem as formas culturais do movimentar-se humano, propiciar um esclarecimento crítico a seu respeito, desvelando suas vinculações com os elementos da ordem vigente.

Esse processo histórico pelo qual passou a Educação Física deixou reminiscências na identidade, no papel social desempenhado por todos os profissionais da área. Se o fim da Ditadura Militar constituiu um movimento de repensar a atuação do professor de Educação Física para suprir e dar conta dos conflitos existentes no momento, hoje, novas realidades estão exigindo que se reflita sobre as questões que emanam da cultura corporal, do corpo social, como afirmam Lima e Dinis (2007). Afinal, ser professor não é meramente transmitir conteúdos e conhecimentos, é fazer parte de uma instituição, a escola, que exerce um importante papel social e possui uma estrutura que veicula poder. A postura que se adota, nesse contexto, pode reforçar ou quebrar valores, pode contribuir para a manutenção ou transgredir concepções repressoras.

Nesse sentido, a escola é um espaço de construção cultural, de conhecimento, de valores, de verdades, de formação humana. Tais elementos irão fazer parte da construção identitária dos estudantes que formam esta instituição. Para além dos conteúdos didáticos predefinidos, as pessoas que habitam essa esfera social aprendem e desenvolvem mecanismos para lidar com o outro, com as diferenças, com as semelhanças. Logo, a forma como a escola está organizada, segundo Wenetz (2012), determina um tipo de controle. Implícita ou explicitamente, ela acaba por definir tipos de comportamentos, ideias, valores que irão reforçar estes ou aqueles pensamentos

socialmente construídos das coisas. Tratar da escola é ter em mente um espaço de múltiplas identidades. A convivência entre as pluralidades presentes nessa instituição se constituem como uma clara zona de conflito. As questões de gênero, da sexualidade e da homossexualidade tem se constituído como uma parte dessa realidade.

Historicamente, no espaço escolar, temas como a sexualidade têm se restringido à análise apenas do ponto de vista biológico, quando muito. O sexo constitui-se ainda como tabu. Ao contrário do que se pensa, existe nas sociedades contemporâneas uma incitação ao discurso sobre o sexo, valorizando-o sempre como O Segredo, como elucida Foucault (1988). São eleitas formas de decência, uma depuração do vocabulário autorizado, bem como os espaços em que o discurso sobre o sexo era lícito:

Definiu-se de maneira muito mais estrita onde e quando era possível falar dele; em que situações, entre quais locutores, e em que relações sociais; estabeleceram-se, assim, regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e discrição: entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, patrões e serviçais. É quase certo ter havido aí toda uma economia restritiva. (FOUCAULT, 1988, p.46).

Esta realidade de economia restritiva não dá mais conta de sustentar a ausência da escola no que diz respeito a debater questões intimamente ligadas a sexualidade. O crescente número de gravidez precoce, o aumento de doenças sexualmente transmissíveis entre jovens, a AIDS, a homofobia, dentre outros fatores, como nos esclarece Louro (2000), exigem que a escola assuma a responsabilidade de possibilitar uma

educação sexual, de abordar o tema da sexualidade contribuindo para o desenvolvimento crítico dos estudantes, no sentido de superar resistências, silenciamentos, negações e preconceitos. A partir dessa necessidade, surgem, então, políticas educacionais para lidar com tais questões. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/1996, incluiu a Educação Sexual nas escolas e no ano seguinte, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) evidenciam a Orientação Sexual como um dos temas transversais a ser tratado interdisciplinarmente nas escolas.

Os esforços legais impressos no sentido de subsidiar a realidade sexual dos sujeitos escolares não tem garantido uma prática pedagógica que se proponha a discutir criticamente tais questões. O que temos de realidade é um cenário de intolerância e crescente desrespeito com o diferente, tudo e todos que fogem ao padrão, à regra está fadado à rotulação, à inferioridade. O que temos de padrão historicamente construído em nossa sociedade, como nos relata Louro (2000), é o homem branco, heterossexual, de classe média urbana, cristão. E essa, passa ser a referência que não precisa ser nomeada. Serão os outros sujeitos sociais que se tornaram marcados, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Dessa forma, a mulher é representada como o segundo sexo e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual.

Estamos falando do domínio social da identidade, da sexualidade, do corpo, o que degradinga em relações de poder no espaço escolar. O sujeito escolar que foge ao padrão anteriormente citado não se reconhece na estrutura escolar que desenvolve suas práticas pedagógicas reforçando valo-

res, legitimando privilégios que precisam ser superados.

A homossexualidade pode nos parecer, na superficialidade, uma temática secundária dentro da estrutura escolar. Tratar da relação homossexualidade-escola não é apenas lidar com questões como a intolerância, o desrespeito, o bullying, é compreender que essas manifestações são consequências dos dispositivos de poder que se constituem no cenário de construção de “verdades”. “Verdades” que demarcam fronteiras, que elegem categorias e estabelecem hierarquias.

Vivemos em uma sociedade que, em grande parte, marcha “ao compasso da verdade”, ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por esse motivo poderes específicos. (FOUCAULT, 2012, p.346).

Ora, a escola é o cenário de construção, veiculação de discursos e de verdades, um dispositivo de poder.

Sendo a escola o lócus onde a socialização se consolida como produção de autoimagem e da imagem do outro a partir das questões de corporeidade, não podemos ignorar o que está em jogo nas categorizações e estigmatizações dos corpos e identidades. (TODARO e LANDOLPHO, 2015, p.151).

Nesse contexto, o silenciamento, a negação da comunidade escolar frente às situações que expõem identidades de gênero, e/ou sexuais, aparentemente, que extrapolam o padrão binário da heteronormatividade homem/masculino, mulher/feminino de estudantes irá reverberar na manutenção de comportamentos discriminatórios.

O professor de Educação Física – que lida com a aparente liberdade dos corpos, ao optar por separar a turma de acordo ao sexo para realizar determinada atividade está não apenas reforçando valores sexistas, mas potencializando o silenciamento do estudante homossexual que tem uma identidade de gênero que foge ao binarismo feminino-masculino. Toda metodologia de ensino da Educação Física nas escolas mantém essas raízes em práticas anteriormente ligadas à produção de trabalhadores e sua preparação física e moral, como afirmam Lima e Dinis (2007), tendo como físico e moral o homem másculo, viril, forte e heterossexual. Assim, deve existir, cada vez mais, esforços no sentido de desligar-se das reminiscências danosas do processo histórico que formou a Educação Física.

Ao constituir-se como um dos espaços capaz de promover aprendizagens significativas, a Educação Física, ao atuar na educação dos corpos, deve, sobretudo, tecer intervenções que contemplem a diversidade e o não preconceito. (GOELLNER, et al., 2008, p.218).

Seria negligência negar as modificações que atingiram o exercício e os discursos sobre a sexualidade nas últimas décadas. Louro (2000) elucida que adolescentes experimentam, mais cedo, a maternidade e a paternidade; uniões afetivas e sexuais estáveis entre sujeitos do mesmo sexo se tornam crescentemente visíveis e rotineiras; arranjos familiares se multiplicam e se modificam. Como lida o professor, e mais especificamente o professor de Educação Física, com essa realidade no cenário escolar?

Destarte, entendendo a identidade sexual como algo socialmente construído, socialmente percebido e tentando

compreender o papel do professor de Educação Física nesse processo, elegemos como problemática norteadora: como a identidade de gênero implica sobre a sexualidade na perspectiva de professores de Educação Física? A percepção do corpo se evidencia nas aulas de educação física, contudo, as discussões, que buscam situar esse corpo dentro das suas peculiaridades sociais não são práticas habituais. No que diz respeito à homossexualidade, essas discussões são ainda mais escassas. Assim, o presente estudo justifica-se pela falta de pesquisas que se proponham a debater a relação do professor de Educação Física com a identidade de gênero dos estudantes, realidade marcante/presente no cenário escolar atual.

MATERIAIS E MÉTODO

O presente estudo se configura como uma pesquisa de caráter exploratório com abordagem qualitativa, onde utilizamos o questionário semiestruturado, o qual foi construído, especificamente, para este estudo, contendo oito questões, como procedimento de coleta de dados. De acordo com GIL (2008) a pesquisa exploratória é desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral, de forma aproximativa, acerca de determinado fato. Esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele.

Quanto a abordagem qualitativa, podemos constatar que:

Parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real

e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 1998, p.47).

O universo da pesquisa envolveu seis professores de Educação Física das escolas públicas de porte especial na cidade de Jequié - BA. Os critérios utilizados para escolha dessas escolas foram baseados no fato das mesmas terem seu corpo docente formado por professores graduados na área de Educação Física, bem como possuírem uma estrutura física que possibilite o desenvolvimento das aulas.

A dinâmica para aplicação do questionário entre os professores aconteceu da seguinte forma: marcamos horário e local para que os mesmos pudessem responder presencialmente ao questionário (enviado ao e-mail de cada professor). Todos os professores responderam ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Assim, ao final e ao cabo, seis professores responderam ao instrumento proposto, constituindo assim a nossa amostra.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o propósito de refletir sobre as questões relacionadas à identidade de gênero e estabelecer reflexões acerca da presença de homossexuais nas aulas de educação física de ensino médio, buscou-se

perceber como os professores desenvolvem suas ações pedagógicas para lidar com tais questões que se constituem como uma realidade cada vez mais aparente no ambiente escolar.

Assim, quando questionados sobre em que concepção pedagógica considerava estar sua prática docente, de maneira geral, os professores afirmaram atuarem em *todas as concepções* ou *pouco de todas de acordo com a série*. A concepção pedagógica da Educação Física adotada – conscientemente ou não – pelos professores irá nortear suas ações não apenas do ponto de vista teórico/prático, mas também, do ponto de vista político, de poder. Cada concepção pedagógica direciona o olhar e ação do professor sob diferentes perspectivas que transmitem valores, saberes, avaliações, disciplinarizações específicas, “refletem a concepção e o significado humano de corpo engendrado na e pela sociedade” (BRACHT, 1999, p.71).

Nesse sentido, a não delimitação da concepção pedagógica reverbera na postura didática que o professor assume frente aos acontecimentos e peculiaridades presentes na sala de aula, podendo este exercer um papel conservador ou crítico, o que não fica muito claro. Nesse contexto, a Educação Física pode continuar sendo proposta como forma de disciplinar o corpo e moldar os indivíduos dentro de um padrão cultural, sendo assim, os indivíduos podem estar sendo educados para manutenção dos padrões moralmente desejados.

Historicamente, o ideal de corpo esteve intimamente ligado à área de conhecimento que é a Educação Física. Essa, contribui para o enquadramento dos corpos, definindo-os no dualismo de normal, anormal; certo, errado; belo, feio; eficiente,

inútil. Na aula, os estudantes, ao evidenciam seus corpos nas atividades, estão sob os olhos de lince uns dos outros:

Os alunos e alunas precisam expor-se frente aos demais, realizar as atividades perante os olhares avaliativos de colegas, professoras e professores. A exposição das fraquezas ou das qualidades faz com que a aula de Educação Física sirva como forma de vigilância, uma vez que a aluna e o aluno estão sendo observados o tempo todo, avaliados e julgados. Na perspectiva da Educação Física hegemônica, o aluno e a aluna não escrevem, não falam, não fazem provas ou trabalhos, eles não podem se esconder atrás das palavras. Seus corpos são a expressão máxima de suas virtudes e vícios e as avaliações são feitas a partir da observação de sua postura, de suas habilidades e dificuldades em um exercício constante de visibilidade. (DE LIMA e DINIS, 2007, p.248).

Aqui não existem máscaras. O corpo é a materialização da identidade. O olhar do outro – colega ou professor – classifica, julga. Assim, quando os professores, envolvidos nessa pesquisa, foram questionados de como se dava a identificação de estudantes homossexuais, todos eles responderam: pelo *comportamento, trejeitos, postura adotada*. Percebemos aí que se o estudante não apresenta um comportamento que esteja dentro dos referenciais dominantes de gênero, é visto como diferente. Da Silva (2011) nos diz que a diferença é o produto derivado da identidade, que, por sua vez, é o ponto de partida, sendo culturalmente construída.

Dentro das exigências heterossexuais, os olhares são treinados para perceber e classificar as marcas que são socialmente inscritas nos corpos, como afirma Louro

(2000), aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas que se expressam. As afirmações de que o *comportamento*, os *trejeitos* dos estudantes denunciam a sua sexualidade refletem implicitamente o estereótipo que pensa o homossexual como desviante, como anormal. Lima e Dinis (2008) vêm esclarecer que a imagem da homossexualidade é constituída como a ausência de algo que só existiria na heterossexualidade.

Assim, a visão do professor de Educação Física sobre o estudante homossexual como corporalmente desviante reverbera na sua prática docente, imprimindo disciplinarização nos corpos dos estudantes, marcas que os seguiram ao longo da vida. A Educação Física atende, ou tem atendido, à demanda de organização dos corpos, de enquadramento. Como nos sugere Foucault (1987) a economia, o controle dos gestos, os movimentos realizados dentro do ideal de beleza, de normalidade e de ordenamento são exigências que fazem parte da realidade dessa área. Estamos falando do poder disciplinar sobre o corpo que faz parte da formação identitária dos estudantes.

A disciplinarização dos corpos também atravessa a formação das identidades de gênero, marcada pelo predomínio de uma tradição biológica/tecnicista arraigada na história e nas práticas da Educação Física. Essa tradição pode ser percebida nas práticas escolares nas quais prevalecem a prática desportiva e a divisão das atividades entre meninos e meninas. A aula de Educação Física, desta forma, acaba fortalecendo padrões e estereótipos de gênero, produzindo sujeitos masculinos e femininos. (DINIS e LIMA, 2007, p.248).

Os processos de modificações de concepções pedagógicas pelos quais passou a Educação Física são conhecidos, assim como os movimentos, no sentido de superar práticas excludentes, sexistas. Contudo, não se pode negar que ainda hoje vivemos assombrados pelas reminiscências deste passado obscuro. Negar, silenciar esta realidade é continuar dando energia a valores que precisam ser superados.

O que se faz necessário entender é que a escola é espaço, ou pelo menos deveria ser, de constituição identitária e que a Educação Física, como prática pedagógica, faz parte deste processo. A postura, os conceitos, a prática do professor dessa disciplina irá influenciar na formação da identidade dos sujeitos escolares, sendo eles homossexuais ou não.

Nessa direção, foi questionado como se dá a relação entre estudantes homossexuais e heterossexuais, tentando analisar a percepção do professor de Educação Física frente a esse fato. As respostas se dividiram entre uma relação *normal*, *artificial* e *discriminatória*. Ora, afirmando que a relação entre estudantes heterossexuais e homossexuais é *normal* o professor está evidenciando a negação das zonas de conflito que se estabelecem no ambiente escolar. Como afirma Louro (2000), a produção da heterossexualidade é acompanhada da rejeição da homossexualidade. Essa rejeição pode se manifestar de diversas formas, e uma delas é no discurso da normalidade.

Nesse sentido, a fala de um dos professores, quando questionado sobre a relação entre estudantes homossexuais e heterossexuais, mostrou-se intrigante:

Na maioria das vezes, normal, no entanto, quando o estudante que se diz

homossexual exagera em alguma situação, como por exemplo, ficar chamando a atenção para si, alguns estudantes tanto homens como mulheres expressam também seu ponto de vista e aceitam ou não tal comportamento (professor A).

Nesse contexto, a relação só pode ser estabelecida dentro da *normalidade* se o homossexual não *ficar chamando atenção para si*. É a evidência da negação, da artificialidade da relação. Assim sendo, essa fala deixa claro como o homossexual só é aceito ao se anular, ocultar sua identidade. *Chamar atenção* significa transgredir as normas heterossexuais de comportamento, o que acarreta na ação de *alguns estudantes tanto homens como mulheres expressam também seu ponto de vista e aceita ou não tal comportamento*. É estratégia de disciplinamento, de censura, de controle, é estratégia de poder sobre o corpo e a sexualidade. Nessa relação negativa do poder sobre a sexualidade e o sexo, Foucault (1988) afirma que:

Com respeito ao sexo, o poder jamais estabelece relação que não seja de modo negativo: rejeição, exclusão, barragem ou, ainda, ocultação e mascaramento. O poder não “pode” nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não; se produz alguma coisa são ausências e falhas; elide elementos, introduz descontinuidades, separa o que está junto, marca fronteiras. Seus efeitos tomam forma geral do limite e da lacuna. (p.93).

Dessa forma, no contexto social de hegemonia heteronormativa, a rejeição, exclusão, barragem, ocultação e mascaramento seria no sentido de disciplinarizar os transgressores, os homossexuais. Reproduzir

o discurso da normalidade, classificar os comportamentos dos homossexuais como aceitáveis ou não é ser instrumento de produção e efeito de poder, produzindo-o e veiculando-o através do discurso, estabelecendo hierarquias que reforçam o silenciamento, a negação dos estudantes homossexuais.

A discriminação velada não é a única forma de relação entre estudantes homossexuais e heterossexuais nos espaços escolares pesquisados, por isso, a relação *discriminatória*, também foi resposta de professores entrevistados. Conhecida, também, como bullying homofóbico, essa manifestação vai desde piadinhas aparentemente inocentes, até grandes atitudes de intolerância e desrespeito. Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo, afirma Louro (2000).

A evidência de um comportamento corporal distinto entre estudantes homossexuais e heterossexuais constitui-se como elemento capaz de dar vazão à homofobia. A supremacia do comportamento masculino na área de Educação Física acaba por reforçar a segregação e classificação dos comportamentos que fogem a esta exigência. Louro (1999) nos diz que meninos menos habilidosos e que tendem a não obter sucesso nos desportos na aula de Educação Física, correntemente têm suas identidades de gênero e sexual questionadas, sendo considerados desviantes .

A habilidade motora, o comportamento gestual é forma de manter o *status quo* de soberania da heterossexualidade. Desde a antiguidade existe a exigência, a definição do que seria correto executar, do ponto de vista corpóreo, para exercer superioridade, soberania.

O soberano manifestava ostensivamente um domínio e um comedimento em torno dos quais se distribuíam em torno, e de acordo com as posições de cada um, uma conduta medida, o respeito de si e dos outros, o controle cuidadoso da alma e do corpo, a economia dos gestos, de tal modo que nenhum movimento involuntário e violento viesse perturbar um ordenamento de beleza [...] (FOUCAULT, 1984, p.84).

Em cultura e época diferentes, o corpo ainda é centro de relações de poder, instrumento de afirmação e negação. Louro (2000) nos esclarece que o que efetivamente incomoda é a manifestação aberta e pública de sujeitos e práticas não heterossexuais. Ao homossexual, nesse sentindo, cabe a invisibilidade, a ocultação, um lugar inferior. São aceitos, desde que não exponham sua identidade sexual em público, pois esta atitude fere as definições heteronormativas de moral.

A mesma autora afirma o quanto a escola – que, supostamente, deve ser um local para o conhecimento – é, no tocante à sexualidade, um local de ocultamento, negando e ignorando a homossexualidade, oferece muito poucas oportunidades para que os estudantes assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. A ação do professor constitui-se um fator importantíssimo para o silenciamento, negação da homossexualidade nesse espaço.

Nesse sentido, questionamos se no planejamento pedagógico dos professores de Educação Física existe algum elemento que trabalhe questões da diversidade. Todos responderam que *sim*. Contudo, ao serem questionados se a homossexualidade dos estudantes influenciava de alguma forma no planejamento das aulas, no sentido de

trabalhar criticamente a questão, todos os professores responderam *não*. O paradoxo nas respostas demonstra uma limitação sobre o conceito de diversidade pelos professores.

Do ponto de vista cultural, segundo Gomes (2007), a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. Ela é construída no processo histórico, na adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. A diversidade está ligada às relações assimétricas de classe, raça, gênero, idade e orientação sexual. Assim sendo, coloca-se em questão a afirmação dos professores de trabalharem a diversidade nos seus tratos metodológicos, mas não darem espaço para as discussões sobre a diversidade sexual, sobretudo sobre a homossexualidade.

Existem políticas públicas educacionais que orientam a atuação docente no sentido de trabalhar criticamente questões ligadas a sexualidade. O Ministério da Educação, ao propor nos Temas Transversais a Orientação Sexual, diz que esse trabalho deve ser entendido como problematizador, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno escolha seu caminho. É necessário fazer com que o estudante perceba as questões culturais, sociais e políticas que estão imbricadas na sexualidade. No mesmo texto, orienta-se que o professor deve então entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens.

O que se pode constatar é que em nosso universo estudado, os professores não desenvolvem nenhuma ação pedagógica no sentido de problematizar a sexualidade e a

homossexualidade, mesmo constatando relações discriminatórias, homofóbicas entre os estudantes, mesmo existindo políticas educacionais que indicam e orientam a atividade docente para debater essas questões. As causas desse silenciamento e dessa negação por parte dos professores podem ter origem na construção social, cultural, como também na formação acadêmica, por isso questionamos aos mesmos se na graduação obtiveram instrumentos para lidar com o tema da sexualidade. Cinco dos seis professores responderam que o curso de graduação não lhes deu instrumento para trabalhar com tal questão. Apenas um professor afirmou ter formação para trabalhar com a temática.

A universidade tem sido chamada à responsabilidade diante dessas discussões, principalmente quando se refere a cursos de formação de professores, uma vez que na Educação há, de maneira geral, uma ausência desses estudos e ainda há uma demanda no espaço da escola acerca da discussão dessas questões, de acordo Dinis e Cavalcanti (2008). A ausência dessas discussões no cenário acadêmico é consequência de alguns aspectos.

A estrutura mais fixa e tradicional dos cursos de formação superior também dificulta mudanças nos currículos, inclusive no que se refere à inclusão de conteúdos que são providos de certa maleabilidade. Assim, as frequentes mudanças de foco em relação a que aspecto da sexualidade é mais ou menos importante em cada momento histórico, conforme aqui analisado, parece impor desafios à formação profissional nos cursos universitários, os quais precisariam encontrar maneiras de lidar com essa não fixidez do conhecimento e das suas dimensões políticas e sociais. (ALTMANN, 2013, p.79).

O paradigma de formação é um dos fatores que contribuem para alimentar a negação do estudante homossexual no espaço escolar, mas não é o determinante. Um dos professores pesquisados afirmou que a sua graduação lhe deu conhecimento para trabalhar pedagogicamente a sexualidade. Contudo, o mesmo afirma não trabalhar a homossexualidade nas suas aulas. Esse fato reforça a ideia de que as causas para o problema do silenciamento, negação do homossexual tem origens culturais e sociais bastante amplas.

Assim sendo, Foucault (1988) analisa a sexualidade como um dispositivo histórico de poder da modernidade, constituído por práticas discursivas e não discursivas, que produzem uma concepção do indivíduo como sujeito de uma sexualidade, ou seja, saberes e poderes que buscam normatizar, controlar e estabelecer verdades acerca do sujeito na sua relação com o corpo e com os prazeres. Observa que mecanismos específicos de saber e poder centrados no sexo produziram discursos normativos sobre a sexualidade das mulheres, das crianças, dos casais e demarcaram o campo das perversões sexuais, entre elas a homossexualidade.

“Sempre chega o dia em que é preciso corrigir mais no fundo”

José Saramago

No universo pesquisado chama à atenção a construção hegemônica de que as manifestações da homossexualidade caracterizam-se como um desvio de comportamento que é negado e silenciado no espaço escolar. Para enfrentar esta realidade é necessário o reconhecimento de

que a homossexualidade é uma entre as possíveis identidades sexuais. Isso significa trabalhar num processo de articulação e disseminação do conhecimento de forma mais abrangente e crítica, tornando o estudante homossexual parte visível do processo pedagógico.

O professor de Educação Física precisa compreender o seu papel no processo de construção social das identidades sexuais. O silenciamento, a negação da homossexualidade dos seus estudantes corrobora para manutenção da supremacia heterossexual. A compreensão de que os saberes transmitidos, ou ocultados, nas aulas são dispositivos de poder que podem transformar ou reproduzir, faz-se urgente diante da realidade encontrada.

Nesse ponto, Foucault (1988) nos diz que o discurso, os saberes produzidos e disseminados podem ser ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições, mas também, afrouxam seus laços e dão margem às tolerâncias mais ou menos obscuras.

O objetivo do presente estudo era estabelecer reflexões acerca da presença de homossexuais nas aulas de Educação Física de Ensino Médio, tentando perceber como os professores dessa disciplina desenvolvem suas ações pedagógicas para lidar com a diversidade, realidade cada vez mais aparente no ambiente escolar. O que constatamos foi que apesar da escola ser o espaço de grande potencial de transformação, pelo menos na temática pesquisada, ela segue no

mesmo trilho de grande parte da sociedade, perdendo seu poder transformador.

De fato, as correlações entre identidade de gênero e orientação sexual são, na melhor das hipóteses, turvas: não pode se prever, com base no gênero de uma pessoa, qual identidade de gênero ela terá e qual ou quais direções do desejo essa pessoa, ao final, levará em consideração seguirá. (BUTLER, 2009, p.100).

Enfim, entender como a identidade de gênero implica sobre a sexualidade na perspectiva do professor de Educação Física através do trato metodológico utilizado pelos professores é tentar compreender como essa disciplina, que historicamente serviu de instrumento para manutenção de valores aristocráticos, excludentes, se enquadra no cenário de temáticas tão polêmicas. A presente pesquisa aponta algumas questões expostas e dá brecha para outros desdobramentos.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, H. **Diversidade Sexual e Educação: desafios para formação docente.** *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana.* n.13 - abr. 2013 - pp.69-82
- BELTRAMI, D. M. **Dos Fins da Educação Física Escolar.** *Revista de Educação Física/UEM.* Maringá, vol. 12, n. 2, p. 27-33, 2. sem, 2001.
- BRACHT, V. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física.** *Caderno Cedes.* Ano XIX, nº 48. Agosto/1999.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n 9394/96, 1996.

- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretária de Educação Fundamental. Brasília, 1997.
- BUTLER, J. **Diagnosticando o Gênero**. *Physis Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, vol. 19, n 1, p. 95-126. 2009.
- CAMPOS, L. A. S. Didática da Educação Física. Editora Fortuna. Várzea Paulista/ SP, 2011.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. 2ª ed. São Paulo: Editores Associados, 2009.
- DA SILVA, C.G. **Orientação Sexual, Identidades Sexuais e Identidade de Gênero**. Disponível em: <http://www.comfor.unifesp.br/wp-content/docs/COMFOR/biblioteca_virtual/GDE/mod3/Semana3_Mod3_GDE.pdf> Acesso em: 12 abril 2016.
- DA SILVA, T. T. **A Produção Social da Identidade e da Diferença**. Disponível em: <<http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20social%20da%20identidade%20e%20da%20diferen%C3%A7a%20-%20Tomaz%20Tadeu%20da%20Silva.pdf>> Acesso em: 20 julh 2015.
- DE CASTRO, W. L. A Fundamentação Positivista da Pesquisa em Educação Física como um dos Instrumentos de Dominação da Ditadura Militar Iniciada em 64. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:uqolu-hiWQQJ:www.castelobranco.br/sistema/novo enfoque/files/02/waldir.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em: 22 julh 2015.
- DE LIMA, F. M.; DINIS, N. F. **O Discurso Sobre a Homossexualidade na Visão dos Estudantes de Educação Física**. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, n. 2, 693-716, jul./dez. 2008.
- DE LIMA, F. M.; DINIS, N. F. **Corpo e Gênero nas Práticas Escolares de Educação Física**. *Currículo Sem Fronteiras*. Vl. 7, n.1, p. 243-252, jan-jun, 2007.
- DINIS, N. F.; CAVALCANTI, R.F. **Discursos Sobre Homossexualidade e Gênero na Formação em Pedagogia**. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.
- DOS ANJOS, G. **Identidade sexual e Identidade de gênero: subversões e permanências**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, nº 4, p.274-305, jul/ dez 2000.
- DUARTE, C. **O Discurso de Escolares Adolescentes Femininas Sobre o Critério de Seleção Utilizado para Participar em Aula Mistas em Educação Física**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 19ª ed. Rio de Janeiro, 1988.
- _____. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. 9ª ed, Graal. Rio de Janeiro, 1984.
- _____. **Microfísica do Poder**. 25ª ed, Graal. São Paulo, 2012.
- _____. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões**. 27ª ed, Vozes. Petrópolis, 1987.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOELLNER, S. V. **Gênero, Educação Física e esportes**. In: VOTRE, S. B. (Org.). *Imaginário e representações sociais em*

- Educação Física, esporte e lazer*. Rio de Janeiro: UGF. p. 215-227, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto **brasileiro**: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: vozes. p. 57-87, 1999.
- _____. (Org.). **O Corpo Educado: pedagogia da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PIRES, R. G. **História da Educação Física na Bahia: o percurso da formação profissional**. Salvador: 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- TODARO, M. de A. LANDOLPHO, F. de J. **Corpo e Currículo Oculto na Educação Básica: discursos e práticas opressoras**. *Dialogia*. São Paulo, n.21, p. 147-156, 2015.
- SCOTT, W. S. **Gênero: uma categoria de útil de análise histórica**. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol.20, n. 2, jul./dez. p. 71-99, 1995.
- WENETZ, I. **Gênero, corpo e sexualidade: negociações nas brincadeiras do pátio escolar**. *Caderno Cedes*. Campinas, vol. 32, n. 87, p. 199-209, mai.-ago. 2012.

GENDER IDENTITY AND IMPLICATIONS ON SEXUALITY IN TEACHER PERSPECTIVE OF EDUCATION PHYSICAL

ABSTRACT

This study has as purpose to establish reflections about the presence of homosexuals in high school physical education classes, trying to understand how the physical education teachers develop their pedagogical actions to deal with sexual diversity, really increasingly seen in the school world. It is an exploratory research with qualitative approach, where we used the semi-structured questionnaire as a data procedure. The results showed a silencing, a denial of homosexuals students by the teachers of that discipline. As an outcome, there is a potentiating of heteronormative power structure, what contributes to the maintenance of discrimination and prejudice values, causing weakness in school`s transforming power.

Keywords: Homosexuality; Physical Education; School; Sexual Diversity

IDENTIDAD DE GÉNERO Y IMPLICACIONES SOBRE LA SEXUALIDAD EN PERSPECTIVA MAESTRO EDUCACIÓN FÍSICA

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo establecer las reflexiones sobre la presencia de homosexuales en las clases de educación física de la escuela secundaria, tratando de entender cómo los profesores de educación física desarrollan sus acciones pedagógicas para hacer frente a la diversidad sexual, una realidad cada vez más evidente en el ambiente escolar. Se trata de una investigación de carácter exploratorio con enfoque cualitativo, en donde fue utilizado un cuestionario semi-estructurado como el procedimiento de recogida de datos. Los resultados apuntan a un silenciamiento, una negación de los estudiantes homosexuales por los profesores de esa materia. Como resultado, hay una potenciación de la estructura de poder hetero-normativo, contribuyendo al mantenimiento de los valores discriminatorios y prejuicios, debilitando el poder transformador de la escuela.

Palabras clave: Homosexualidad; Educación Física; Escuela; La diversidad sexual

Recebido em: fevereiro/2016

Aprovado em: maio/2016